



ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

10ª VARA CÍVEL - FORO DE SANTOS

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) dos direitos do bem imóvel abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação da executada **GERDA CHARLOTTE HAFERS STARBIRD (RG USA A11.267.281)**, e seu cônjuge se casada for, bem como do credor **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS (CNPJ/ME Nº 58.200.015/0001-83)**, dos terceiros interessados: **CYNTHIA DE SOUZA ESQUIVEL (CPF/ME Nº 727.758.828-20)**, **CRUZ VERMELHA BRASILEIRA (CNPJ/ME Nº 07.27.753/0001-01)**, **ESPÓLIO DE GIUSEPPINA LYDIA ANGELA MEZZARI** representado por **KARIN RENATA HAGGENMACHER (CPF/ME Nº 311.385.009/68)**, **ANA MARIA POPOV (CPF/ME Nº 432.167.158-94)** e **ANA ELISA HAGGENMACHER (CPF/ME Nº 219.271.208-10)**; terceiro interessado: **UNIÃO FEDERAL (CNPJ/ME Nº 05.489.410/0001-61)**.

O MM. Juiz de Direito Dr. Rodrigo Garcia Martinez, da 10ª Vara Cível – Foro de Santos, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Ação de Cobrança de Encargos Condominiais em fase de Cumprimento de Sentença, ajuizada por **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PAULISTÂNIA (CNPJ/ME Nº 064.722.325/0001-60)**, em face de executada **GERDA CHARLOTTE HAFERS STARBIRD (RG USA A11.267.281)**, nos autos do **Processo nº 0022486-25.2012.8.26.0562**, e foi designada a venda dos direitos do bem descrito abaixo, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - IMÓVEL - Localização do Imóvel: Avenida Vicente de Carvalho, nº 46, Apartamento nº 74, 7º Andar, Bairro Gonzaga, Santos/SP, CEP: 11045-500 - **Descrição do Imóvel:** Apartamento, nº 74, localizado no 7º Andar do Edifício Paulistânia, situado à Avenida Vicente de Carvalho, nºs 45, 46 e 47, esquina da Rua Pindorama nºs 37 e 39, situado na parte lateral direita de quem do prédio olha a Avenida Vicente de Carvalho, contendo: hall, living, sala de música, terraço, sala de jantar, corredor, 02 dormitórios, dois banheiros, cozinha, despensa e adega, compreendendo a área de 184,12 m² e correspondente a quota ideal de 0,0229 da área do terreno, áreas de utilização e serventia comum do Condomínio. Confrontando pela frente com a Avenida Vicente de Carvalho, pelo lado esquerdo com o apartamento nº 72, poço número um, escada, passagem de serviço e poço número dois e apartamento nº 76, pelo lado direito com a rua Pindorama e pelos fundos com o apartamento nº 76.

Dados do Imóvel				
Inscrição Municipal nº			66.047.009.038	
Matrícula Imobiliária nº			71.611	Oficial de Registro de Imóveis de Santos/SP
Ônus				
Registro	Data	Ato	Processo/Origem	Beneficiário / Observações
R.02	27/09/02	Arresto	Proc. nº 0045068-73.1999.8.26.0562	Fazenda Municipal de Santos
R.05	28/03/07	Penhora	Proc. nº 0019818-14.1994.8.26.0562	Fazenda Municipal de Santos
Av. 06	05/02/09	Penhora	Proc. nº 0041844-59.2001.8.26.0562	Prefeitura Municipal de Santos
Av. 07	02/05/19	Penhora Exequenda	Proc. nº 0022486-25.2012.8.26.0562	Condomínio Edifício Paulistânia



OBS 01: O imóvel em questão é composto por 01 (um) vestíbulo, 01 (uma) sala de música, hall social, 01 (uma) sala de estar, 01 (uma) sala de jantar, 02 (dois) dormitórios, 02 (dois) banheiros, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) área de serviço, 01 (uma) adega, 01 (uma) despensa e circulação (Laudo de Avaliação às fls. 503/531).

OBS 02: Foi deferida a penhora dos direitos (fls. 427) que executada, Gerda Charlotte, possui sobre o bem imóvel, o qual foi obtido por meio de auto de adjudicação como legatária, lavrado pela 4ª Vara Cível de Santos (fls. 26).

OBS 03: Eventual regularização do imóvel relacionado ao registro da arrematação, bem como providências relacionadas à publicidade da propriedade serão de responsabilidade do arrematante.

OBS 04: Há um processo de Usucapião proposto pela terceira interessada Sra. Cynthia De Souza Esquivel (Processo nº 0002264-642015.4.03.6104 - 3ª Vara Federal de Santos), objetivando o reconhecimento da Usucapião pelo domínio útil da unidade autônoma constituída pelo apartamento nº 74, conforme Fls. 644/648. Atualmente pende de julgamento.

Valor de Avaliação do imóvel: R\$ 900.000,00 (Dez/2020 – Laudo de Avaliação às fls. 503/531 - Homologação às fls. 538).

Valor de avaliação atualizado: R\$ 1.049.350,63 (Out/2022). O valor de avaliação será atualizado à época das praças.

Débitos Tributários: R\$ 193.283,60 (Out/2022). Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Código Tributário Nacional).

Débito Exequendo/Condominial: R\$ 761.177,19 (Out/2017 – fls. 345).

02 - A 1ª praça terá início em **16 de dezembro de 2022, às 13 horas e 30 minutos, e se encerrará no dia 19 de dezembro de 2022, às 13 horas e 30 minutos.** Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguirá-se sem interrupção, iniciando-se em 19 de dezembro de 2022, 13 horas e 30 minutos, e se encerrará em 30 de janeiro de 2023, às 13 horas e 30 minutos.** Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, sendo que serão aceitos lances iguais ou superiores a 60% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 meses. O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta todas serão apresentadas para apreciação pelo MM. Juízo da causa, que decidirá pela de maior valor, caso estejam em diferentes condições ou, decidirá pela formulada em primeiro lugar, caso tenham iguais condições (artigo 843, artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

03 - O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, Davi Borges de Aquino, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal <http://www.alfaleiloes.com> (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).



04 - Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

05 - Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

06 - Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).

07 - O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente, no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

08 - O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante DOC, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino Leiloeiro, CNPJ nº 30.753.419/0001-85, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

09 - Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado a pagar a comissão de 5% (cinco por cento) do lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

10 - O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

11 - O arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional.



12 - Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).

13 - A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

14 - Por uma questão de celeridade, economia e efetividade processual, restando negativo o leilão, já fica o mesmo Leiloeiro autorizado a prosseguir com a venda por intermédio de Alienação Particular (Provimento CSM nº 1496/2008), estabelecendo-se um prazo de 90 dias. Nesta ocasião, havendo propostas de compras à vista, ou parceladas do correspondente ativo, estas serão levadas à apreciação e aprovação deste MM Juízo.

15 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Avenida Paulista, nº 2421, 1º Andar - Bela Vista - CEP 01.311-300 - São Paulo – SP, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfa-leiloes.com.

16 - A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

São Paulo, 05 de novembro de 2022.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DR. RODRIGO GARCIA MARTINEZ
JUIZ DE DIREITO